

2º Encontro da SBPC em MS/ XI ENEPEX / XIX ENEPE/ 22ª SNCT - UEMS / UFGD 2025

SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA PARA MULHERES PRESAS: UMA ANÁLISE POLÍTICA PRISIONAL NO MATO GROSSO DO SUL (MS)

Instituição: Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, Unidade Universitária de Paranaíba/MS

Área temática: Ciências Sociais Aplicadas

Nome dos autores: MOURA, Ana Júlia de Almeida (ana65960@gmail.com). LEÃO, Ingrid; LEÃO, Ingrid Viana; LEÃO, Ingrid V. (ingrid.leão@uems.br)

Identificação dos autores:

- 1 – Discente do Curso de Direito da Universidade Estadual De Mato Grosso Do Sul;
- 2 – Docente do Curso de Direito da Universidade Estadual De Mato Grosso Do Sul;

Resumo: A saúde sexual e reprodutiva de mulheres encarceradas é um tema que exige atenção, sensibilidade e compromisso com a justiça social. No estado de Mato Grosso do Sul, essa questão se torna ainda mais urgente diante do perfil predominante das mulheres presas: negras, mães, com baixa escolaridade e condenadas por crimes não violentos. Essas mulheres vivem em um sistema prisional que ignora suas especificidades e reproduz desigualdades históricas marcadas por gênero, raça e classe. O objetivo geral deste trabalho foi analisar criticamente as condições de saúde sexual e reprodutiva das mulheres encarceradas em Mato Grosso do Sul, à luz das teorias feministas interseccionais. Os objetivos específicos incluíram investigar como o sistema prisional trata os direitos sexuais e reprodutivos dessas mulheres, compreender de que forma raça, classe e gênero influenciam suas experiências, identificar lacunas nas políticas públicas voltadas à saúde feminina em privação de liberdade, relacionar essas vivências com os conceitos de feminilidade, maternidade e trabalho, e propor reflexões que contribuam para o fortalecimento de políticas públicas interseccionais e humanizadas. A metodologia adotada foi qualitativa, de caráter exploratório e bibliográfico, com análise de obras acadêmicas, artigos científicos, relatórios institucionais e documentos oficiais sobre a realidade das mulheres presas no Brasil, especialmente em Mato Grosso do Sul. A pesquisa revelou que essas mulheres enfrentam múltiplas violações de seus direitos sexuais e reprodutivos, agravadas por fatores como racismo estrutural, desigualdade de classe e opressão de gênero. O sistema prisional brasileiro não está preparado para atender às demandas específicas da saúde feminina, especialmente no que diz respeito à maternidade, ao acesso a métodos contraceptivos, à higiene íntima e ao acompanhamento ginecológico. Além disso, a maternidade em contexto de prisão é marcada por rupturas afetivas e pela falta de suporte psicológico, o que compromete o bem-estar tanto das mães quanto de seus filhos. A ausência de políticas públicas voltadas à saúde sexual e reprodutiva no sistema prisional revela uma negligência institucional que perpetua a marginalização dessas mulheres. Como proposta, foi sugerida a adaptação do projeto “Educar para Transformar” ao contexto prisional, como estratégia para promover justiça reprodutiva. Conclui-se que é necessário ir além do reconhecimento formal dos direitos, garantindo sua efetivação por meio de políticas públicas sensíveis à realidade das mulheres encarceradas. A transformação do sistema prisional passa pela adoção de ações que assegurem condições dignas de cuidado, saúde e respeito, rompendo com a lógica punitiva que historicamente marginaliza corpos femininos, negros e periféricos. Espera-se que este trabalho contribua para o fortalecimento do debate acadêmico e político sobre o encarceramento feminino, incentivando novas pesquisas e práticas que promovam justiça social, equidade e valorização da vida das mulheres em situação de prisão.

Palavras-chave: *Palavras-chave: justiça reprodutiva, interseccionalidade, políticas públicas*

Agradecimentos: Agradecemos à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS e à Unidade Universitária de Paranaíba pelo apoio institucional e incentivo à pesquisa. À Professora Dra. Ingrid Viana Leão, pela orientação e contribuições fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho. À Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul – FUNDECT e ao Programa de Iniciação Científica (PIBIC), pelo fomento e suporte que viabilizaram a execução desta pesquisa.